



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 143

024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	03

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente03

Discussão / Votação:

Discussão Única (Proposições)..03

Requerimentos26

Encerramento da Sessão26

Publicações:

Atas de Comissões

CPI - Grampos Telefônicos26

DIÁRIO Nº 143

024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval

Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni, (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Reni Pereira, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (05).

Em licença médica o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2785

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 023/06, Item 11.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens, 01 ao 20 da Ordem do Dia - Item 11.

Sala das Sessões, em 11.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Duílio Genari, Elza Correia, Elio Rusch, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Nelson Justus, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Natálio Stica, Plauto Miró Guimarães e 1 ilegível.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Antes, porém, há um requerimento da Deputada Luciana Rafagnin, justificando que amanhã haverá uma discussão sobre a Proposição nº 023/06 - Item 11, na Secretaria da Educação. Portanto, por meio de um Requerimento nº 2785, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 023/06, Item 11. **Aprovado.**

Requerimento nº 2786, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Ailton Araújo, Natálio Stica e demais Srs. Deputados, constantes do expediente, solicitando votação em bloco dos itens, 01 ao 20 da Ordem do Dia, exceto o Item 11. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas gostaria de justificar a V. Exa. esse requerimento, porque com a votação em aberto, serão chamados todos os Deputados durante vinte vezes.

Para dar um esclarecimento à imprensa, que tem dito que eu “dormi no ponto” esses dias porque votei um

veto aposto pelo Sr. Governador e que era interesse do Governo que não fosse tornado lei, quero dizer à imprensa que aqui tem vetos de vários Deputados: Dobrandino, Hermas Brandão, Luciana Rafagnin, Durval Amaral e outros tantos Deputados e que todos iremos mandar para o arquivo o projeto porque é fim de Legislação.

Se não for votado, vai para o arquivo de qualquer jeito, vamos terminar votando e votando pela manutenção do veto, peço à base do Governo.

Então, quero justificar à imprensa que iremos votar contra os interesses dos Deputados para cumprir uma determinação de fim do Governo e encerramento desta Sessão Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação os Itens 01 a 20, com exceção do 11.

Os que forem favoráveis ao veto votarão SIM, os contrários NÃO.

Discussão/Votação

Discussão Única (Proposições)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/05, veto aposto ao Projeto de Lei nº 246/03, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257, de 30/11/79, alterada pelas Leis nºs 7.812 de 29/12/83 e 9.174, de 29/12/89, ficando automaticamente, extinta a taxa de segurança por ela criada. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 005/05.

Curitiba, 05 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 324/04, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 246/03, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a revogação dos itens que especifica, da Tabela 08, da Lei nº 9.174, de 29 de dezembro de 1989.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre da inconstitucionalidade a que está eivado, eis que afronta aos artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual e, além disso, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101/00 que, em seu artigo 14, veda a consequente renúncia de receita, de que resultaria a medida caso tivesse acolhimento.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 246/03, encontra-se publicado no DA nº 124/04, de 08/12/04, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 020/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 246/03, de autoria do Deputado Hermas Brandão, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo revogar a Lei nº 7.257, de 30/11/79, alterada pelas Leis nºs 7.812 de 29/12/83 e 9.174, de 29/12/89, extinguindo, assim, a taxa de segurança por ela criada.

A Constituição Estadual do Paraná assim dispõe:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro do prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

Diante do exposto verificamos que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Assim sendo, opinamos pela aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
AILTON ARAÚJO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 063/05, veto apostado ao Projeto de Lei nº 341/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 108/05.

Curitiba, 12 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 196/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 341/05, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar o tratamento tributário dispensado ao trigo em grão, farinha de trigo, mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação, massas alimentícias, pão francês ou de sal, biscoitos e bolachas derivados de trigo, conforme especifica.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre da inconstitucionalidade do mesmo, eis que fere o artigo 155, XII, "g", da Magna Carta da República, assim como dispositivos das Leis Complementares Federais nºs 24/1975 e 101/2000, que impedem a concessão de benefício ou renúncia fiscal, pela forma almejada

A Secretaria de Estado da Fazenda, através do Parecer nº 338/05, da Coordenação da Receita do Estado, procedendo análise técnica e jurídica da medida, cujos termos ratifico, asseverou:

"Impõe-se o veto integral ao citado projeto de lei, pelas razões abaixo elencadas:

Em que pese a nobre finalidade da proposição, destacamos que, nos termos da alínea "g" do inciso XII do artigo 155 da Constituição Federal, qualquer benefício fiscal, relativamente ao ICMS, que importe em redução ou eliminação, direta ou indireta, dos respectivos ônus, somente pode ser concedido com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de um Convênio firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Esta matéria está regulada na Lei Complementar nº 24/75, a qual foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, e, em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso IV, assim dispõe:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

A Lei Orgânica do ICMS no Estado do Paraná - Lei nº 11.580/96, também vincula a concessão de benefícios fiscais à aprovação unânime dos convênios firmados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, conforme seu artigo 3º:

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ao regular a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o artigo inciso XII, "g" da Constituição Federal.

Portanto, nos termos da legislação retrotranscrita, os benefícios tributários pretendidos somente podem ser concedidos mediante convênio firmado no âmbito do Confaz.

Ademais, qualquer concessão de benefício fiscal está atrelada à Lei Complementar nº 101/00, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo estabelece o artigo 14 deste diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como das medidas de compensação.

Referido dispositivo, ao tratar da renúncia de receita exige duas condições: ou que o valor renunciado (que deve ser apurado por meio de um relatório de impacto no orçamento e nos termos do artigo 12, que estipula a forma de calcular as receitas) tenha sido excluído da Lei Orçamentária (e isso ocorre um ano antes de sua concessão), ou que venha acompanhado de medidas de compensação (seja aumentando tributo, seja cancelando benefícios).

Não foram tomadas essas providências na Lei Orçamentária em vigor, nem foram implementadas previamente medidas de compensação, o que contraria a norma referida. O não cumprimento desse dispositivo pode afetar a transferência de recursos da União e as Operações de Crédito ou Convênios, que exijam comprovação do cumprimento das normas da LRF. Além disso, não foi feito relatório de impacto no Orçamento, para demonstrar que a renúncia não afetará as metas planejadas.

A dispensa de créditos tributários relativos ao ICMS, que não os inscritos em dívida ativa, configura renúncia de receita, por serem os mesmos considerados

no orçamento, consoante estabelece o supratranscrito artigo 14 e seu inciso I.

Importa ressaltar que, para as operações internas com trigo em grão, há previsão do diferimento no pagamento do imposto, conforme item 67 do artigo 87 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 5141/01:

Art. 87. Sem prejuízo das disposições específicas previstas neste Regulamento, são abrangidas pelo diferimento as seguintes mercadorias:

(...)

67. trigo e triticale, observado o contido no parágrafo 5º;

(...)

§ 5º O diferimento do pagamento do imposto em relação às mercadorias arroladas no item 67 não se aplica na importação com despacho aduaneiro fora do território paranaense.

O diferimento do pagamento do imposto, definido na proposição em análise, ao contrário da legislação em vigor, é mantido nas saídas para microempresas, o que, na prática, permite que o tributo, anteriormente diferido, seja dispensado, em razão do tratamento diferenciado previsto para a microempresa.

Lembra-se que o diferimento do pagamento do imposto pressupõe a possibilidade de transferência de créditos acumulados do imposto, relativamente às saídas beneficiadas com este tratamento diferenciado.

Os artigos 1º e 2º representam, de fato, uma isenção do imposto, pois quando os produtos neles arrolados forem utilizados para a fabricação, daqueles enumerados no artigo 5º, o parágrafo único deste dispositivo, expressamente, dispensa o imposto diferido, ou seja, renuncia a este tributo.

Também, a legislação paranaense já prevê, com base no Convênio ICMS 128/94, a redução na base de cálculo nas operações internas com produtos da cesta básica, dentre os quais alguns dos arrolados no projeto de lei em questão, em percentual que resulta na carga de 7%, consoante disposição do artigo 1º do Decreto nº 3869/01:

Art. 1º A base de cálculo do ICMS fica reduzida, opcionalmente ao regime normal de tributação, nas operações internas com os produtos da cesta básica adiante arrolados, em percentual que resulte carga tributária de 7% (Convênio ICMS 128/94):

(...)

V - farinha de mandioca e de milho, inclusive pré-gelatinizada; farinha de trigo; feijão em estado natural; frutas frescas; fubá, inclusive pré-cozido;

(...)

VIII - macarrão, mesmo que com molho, inclusive espagete; mel; misturas e pastas para a preparação de pães; classificadas no código 1901.20.00 da NBM/SH; mortadelas;

(...)

X - pão;

Destaque-se que, em relação ao mercado interno, o setor econômico relacionado ao trigo e seus derivados se encontra em equilíbrio, sendo desnecessárias medidas que alterem o tratamento tributário destes produtos.

Ainda, caso seja necessário, poderá o Executivo tomar outras medidas de emergência, com fundamento na Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992, que autoriza o Poder Executivo a implementar mecanismos de concessão de auxílio temporário, de natureza fiscal, às empresas do setor produtivo estabelecidas no Estado do Paraná.

Aliás, com base nesta citada lei, foi editado o Decreto nº 4.920, em vigor a partir de 06.06.2005, concedendo o diferimento do pagamento do imposto nas saídas interestaduais, para o Estado de São Paulo, de trigo, farinha de trigo e mistura pré-preparada de farinha de trigo para pães, editada como medida de salvaguarda temporária, após medidas tributárias tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo, relativamente à cadeia produtiva de trigo e seus derivados, que se demonstraram nocivas aos produtores deste Estado, chegando a inviabilizar a atividade deste setor.

Desta forma, em relação às atitudes tomadas pelo Estado de São Paulo, os interesses dos contribuintes deste Estado já se encontram assegurados.

Saliente-se que projeto de lei de igual teor ao ora analisado foi submetido à votação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e, caso seja aprovado, por certo, será questionado mediante a proposição de uma Ação de Inconstitucionalidade, pelos entes federados que se sentirem prejudicados, entre estes o Estado do Paraná, considerando a flagrante inconstitucionalidade de algumas de suas disposições.

Portanto, a sanção a este projeto de lei inviabilizará, ao Paraná, a futura proposição desta ADI, o que, de fato, acarretará prejuízos aos nossos contribuintes e ao nosso Estado.

Pelas razões anteriormente destacadas, entende-se que o Projeto de Lei nº 341/05 deva ser vetado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 341/05, encontra-se publicado no DA nº 072/05, de 29/06/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 063/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 341/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual

e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 131/05, veto apostado ao Projeto de Lei nº 422/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 247/05

Curitiba, 15 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 353/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 442/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque, através de análise feita pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, tal medida foi considerada inoportuna em face de estudos que estão sendo realizados para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI, os quais levarão em consideração as necessidades de cada grande Aglomeração Urbana, sendo que, na devida oportunidade, a situação da Região Metropolitana de Maringá, poderá ser devidamente equacionada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 442/05, encontra-se publicado no DA nº 124/05, de 09.11.05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 131/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 442/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 131/05

P A R E C E R :

Histórico

O objeto do veto é o Projeto de Lei nº 442/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá.

O projeto de lei foi vetado por ser considerado contrário ao interesse público, tendo em vista a análise prévia pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano que está elaborando o Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI, os quais levarão em consideração as necessidades de cada grande Aglomeração Urbana, sendo que, na devida oportunidade, a situação da Região Metropolitana de Maringá será equacionada.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 423/05, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que fixa prazo de vida útil de veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 267/05

Curitiba, 27 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 379/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 423/05, por julgá-lo inconstitucional, conforme, aliás, é o entendimento da Procuradoria-Geral do Estado, quando assevera que a matéria versada é de competência legislativa privativa da União, em razão do preceito contido no artigo 22, inciso XI, da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 423/05, encontra-se publicado no DA nº 130/05, de 23.11.05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 003/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 423/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo fixar prazo de vida útil de veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/06, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 605/05, de autoria do

Poder Executivo - Mensagem nº 049/05, que estima a receita e fixa despesas para o exercício financeiro de 2006. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 274/05

Curitiba, 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 451/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente o Projeto de Lei nº 605/05, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro de 2006, tendo o veto parcial aposto incidido sobre os artigos 33, 34, 37, 38, 39 e 40.

A negativa de sanção aos acima mencionados dispositivos decorre de análise feita pela Coordenação de Orçamento e Programação, órgão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, abordando emendas ao Projeto de Lei nº 605/05, cujo resultado demonstra a necessidade de vetos parciais, conforme razões adiante transcritas, por mim endossadas e adotadas como razões fundamentais deste veto parcial:

“O artigo 33 deve ser vetado em virtude de que o mesmo autoriza a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), remanejando recursos do grupo de fonte 01 da atividade 2.332 para fazer jus ao pleito para distribuição de calcário quando os recursos propostos para cancelamento dispõem no grupo de fonte 01 apenas o montante de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), valor insuficiente para atender à proposição.

O artigo 34 deve ser vetado, pois autoriza o Poder Executivo a inserir na dotação 1184.16481171.865 - Casa da Família - Habitação Rural, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para realizar em parceria com o Governo Federal a construção de 5.000 (cinco mil) habitações rurais, utilizando como recursos a dotação 1101.16482171.187 - Integralização de Capital na Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar na Natureza de Despesa 44906500 - Fonte 100, sendo que o Projeto 1.187 - Integralização de Capital na Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar refere-se à transferência de recursos do Tesouro Estadual para a Cohapar. Os recursos apropriados neste projeto referem-se aos recursos aplicados no Orçamento de Investimento dos Projetos 1.864 - Casa da Família - Habitação Urbana, 1.865 - Casa da Família - Habitação Rural e 1.866 - Casa da Família Indígena e aos recursos destinados ao pagamento da Dívida da Cohapar junto ao Banco do Brasil, que não aparece no orçamento de Investimento daquela Empresa. Assim sendo não poderiam ser cancelados recursos do

Projeto 1.187 - Integralização de Capital na Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar para cobrir despesas de um projeto ligado à mesma integralização. O legislador deveria ter indicado qual o Projeto do Orçamento de Investimentos da Cohapar de onde seriam cancelados os recursos.

O artigo 37 deve ser vetado, pois se trata de matéria estranha ao Orçamento, já que determina que os servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas Leis 13.666/02 e 9.547/91, terão seus vencimentos, proventos e demais vantagens reajustados, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulados nos últimos doze (12) meses que antecedem à data base dos servidores públicos estaduais, sendo que a definição de tal índice pode conflitar com as disponibilidades de receita do Tesouro Estadual. Cabe salientar que esta matéria já é tratada na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso X.

O artigo 38 deve ser vetado, pois determina que as receitas provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme disposto pelo Inciso I, artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, serão destinadas em percentual mínimo de sessenta por cento (60%) para abertura de créditos adicionais, destinados ao financiamento de ações e projetos na área da educação e da saúde pública estadual, sendo que estas áreas já possuem vinculações constitucionais específicas, e ainda, este artigo conflita com o artigo 22 deste projeto de lei, que determina que o Superávit Financeiro da Serlopar - Serviços da Loteria do Estado do Paraná deve ser transferido para o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP.

O artigo 39 deve ser vetado, pois determina que as receitas provenientes do excesso de arrecadação, verificadas no Orçamento Fiscal, conforme disposto pelo inciso II, artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, serão destinados em percentual mínimo de setenta por cento (70%) para abertura de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas com pessoal do Quadro Geral do Estado do Paraná, ativos, inativos e pensionistas, decorrentes de reposição do poder aquisitivo dos vencimentos e vantagens, por ocasião da data base dos servidores públicos estaduais, tratando-se também de matéria estranha ao Orçamento, cabendo ainda lembrar que existem outras despesas previstas no orçamento, tais como de manutenção, serviços, dívida, precatórios, investimentos, que ao serem previstas com seis meses antes do início da execução orçamentária, podem estar insuficientemente dotadas e assim como os recursos de pessoal poderão necessitar de suplementação orçamentária.

O artigo 40 também deve ser vetado por tratar-se de matéria estranha ao Orçamento, já que determina que o Poder Executivo garantirá o cumprimento na Lei Complementar nº 92/02, notadamente seus artigos 74 e 79, implementando as ações de promoção de Pessoal (ativos

e inativos) pertencente ao Quadro da Coordenadoria da Receita do Estado - CRE/SEFA - Secretaria de Estado do Fazenda. Salientamos ainda que os artigos 74 e 79 não se referem à promoção de pessoal e sim à concessão de licenças ao auditor fiscal. Alertamos ainda que o Poder Executivo não pode garantir a implementação deste artigo, pois implicaria em aumento de despesas de pessoal que estão limitadas pelas determinações da Lei Complementar nº 101/00, que proíbe qualquer concessão de benefícios, se estes aumentos não mantiverem os gastos com pessoal no limite prudencial de 95% do limite do Poder Executivo.”

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 605/05, encontra-se publicado no DA nº 149/05, de 14.12.05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 005/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 605/05, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo estimar a receita e fixar despesas para o exercício financeiro de 2006.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 007/06, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 703/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/05, que isenta do ICMS, as operações internas que destinem produtos da

cesta básica de alimentos a consumidores finais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 276/05

Curitiba, 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 448/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 703/05, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo isentar do ICMS, os produtos que compõem a cesta básica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo 2º, do artigo 1º.

O veto ao parágrafo acima mencionado, decorre do indiscutível fato de as disposições nele contidas serem despiciendas e sem qualquer sentido prático, assertiva essa que a Secretaria da Fazenda defende dizendo:

“Entendemos que não existe razão para que o parágrafo 2º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 703/05 seja aprovado, haja vista que o mesmo só possibilita ao Poder Executivo ampliar a lista de produtos que podem vir a compor a cesta básica se houver anteprojeto de lei, sendo que o mesmo deve ser encaminhado no prazo de 90 dias para apreciação do Legislativo. Sabe-se que o Poder Executivo pode encaminhar anteprojeto de lei, no que respeita a produtos da cesta básica, mesmo após tal prazo, portanto, não há razão para tal dispositivo.”

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 703/05, encontra-se publicado no DA nº 151/05, de 14.12.05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 007/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 703/05, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo isentar do ICMS, as operações internas que destinem produtos da cesta básica de alimentos a consumidores finais.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seus relatos, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 653/05, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná, e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 282/05

Curitiba, 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 413/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 653/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do Tribunal de Justiça, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais.

O projeto de lei em referência não foi acolhido em face do Parecer nº 321/05, da Procuradoria Geral do Estado, cujos termos, adiante transcritos, são por mim adotados como razões fundamentais do veto ora apostado:

“Trata-se de proposta de aumento salarial para os servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e Juizados Especiais.

Embora o artigo 2º do projeto de lei vincule a despesa decorrente do aumento salarial ao orçamento próprio do Poder Judiciário, não há comprovação do impacto orçamentário, da disponibilidade financeira e principalmente a prova de que mesmo com o aumento salarial implantado os limites máximos de gastos com pessoal serão observados.

Consoante a norma do artigo 20, II, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Judiciário pode gastar 6% da receita corrente líquida com pessoal.

O artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da despesa de caráter continuado, exige que antes de sua implantação, consoante o artigo 16, sejam providenciados:

a) relatório de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes (artigo 16, I e 17, parágrafo 1º);

b) declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com a LDO e com o PPA (artigo. 16, II);

c) relatório do impacto financeiro nas despesas de pessoal do Poder Judiciário, e análise desse impacto no total das despesas do Estado, em relatório a ser fornecido pela Secretaria de Planejamento (artigos 19 e 20);

d) demonstração da origem dos recursos para o custeio das despesas (artigo 17, parágrafo 1º);

e) comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas, devendo seus efeitos ser compensados com aumento permanente de receita ou corte definitivo de despesa (artigo 17, parágrafo 2º).

Segundo o artigo 17, parágrafo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o aumento de despesas com pessoal não será implantado antes de atendidas as exigências acima referidas, as quais deverão integrar o instrumento (lei) que as criar ou aumentar.

As despesas que não atenderem os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal serão consideradas irregulares, não autorizadas e lesivas ao patrimônio público, consoante a norma do artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse caso, incide a norma do artigo 359-D do Código Penal, na redação dada pela Lei nº 10.028/2000, posto que é considerado crime contra as finanças públicas Ordenar Despesa não autorizada por lei. Também será possível aplicar as normas dos artigos 11 e 12 da Lei de Improbidade Administrativa.

O Chefe do Poder Judiciário é o ordenador de despesas, e como tal poderá ser enquadrado no tipo penal do artigo 359-D, do Código Penal, se determinar a implantação do pagamento do aumento salarial sem o atendimento das exigências dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No entanto, o Chefe do Poder Executivo, ao sancionar a lei, aceitando seus termos, poderá também responder pelo crime do artigo 4º, V, da Lei nº 1079/50; e pela punição civil do artigo 12, III, da Lei nº 8429/92.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 653/05, encontra-se publicado no DA nº 142/05, de 07/12/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 09/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 653/05, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objeto de veto do Sr. Governador, dispõe sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná, e dá outras providências.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, haja vista seu afrontamento ao estatuído na Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 654/05, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 283/05.

Curitiba, 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 414/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 654/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados, do foro extrajudicial do Estado do Paraná de que trata o artigo 1º, da Lei nº 14.805, de 20 de julho de 2005.

O projeto de lei em referência não foi acolhido em face do Parecer nº 320/05, da Procuradoria Geral do Estado, cujos termos, adiante transcritos, são por mim adotados como razões fundamentais do veto ora apostado:

“Trata-se de proposta de aumento salarial para os servidores aposentados do foro extrajudicial do Poder Judiciário.

Embora o artigo 2º do projeto de lei vincule a despesa decorrente do aumento salarial ao orçamento próprio do Poder Judiciário, não há comprovação do impacto orçamentário, da disponibilidade financeira e principalmente a prova de que mesmo com o aumento salarial implantado os limites máximos de gastos com pessoal serão observados.

Consoante a norma do artigo 20, II, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Judiciário pode gastar 6% da receita corrente líquida com pessoal.

Os aposentados a que se refere a lei, salvo melhor juízo, são pagos com recursos do tesouro e não com recursos do Fundo Parana-previdência, logo tais despesas se submetem à Lei de Responsabilidade Fiscal quanto aos limites de gastos com pessoal.

O artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da despesa de caráter continuado, exige que antes de sua implantação, consoante o artigo 16, sejam providenciados:

a) relatório de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes (artigos 16, I e 17, parágrafo 1º);

b) declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com a LDO e com o PPA (artigo. 16, II);

c) relatório do impacto financeiro nas despesas de pessoal do Poder Judiciário, e análise desse impacto no total das despesas do Estado, em relatório a ser fornecido pela Secretaria de Planejamento (artigos 19 e 20);

d) demonstração da origem dos recursos para o custeio das despesas (artigo 17, parágrafo 1º);

e) comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas, devendo seus efeitos ser compensados com aumento permanente de receita ou corte definitivo de despesa (artigo 17, parágrafo 2º).

Segundo o artigo 17, parágrafo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o aumento de despesas com pessoal ainda que aposentados não será implantado antes de atendidas as exigências acima referidas, as quais deverão integrar o instrumento (lei) que as criar ou aumentar.

As despesas que não atenderem os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal serão consideradas irregulares, não autorizadas e lesivas ao patrimônio público, consoante a norma do artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse caso, incide a norma do artigo 359-D do Código Penal, na redação dada pela Lei nº 10.028/2000, posto que é considerado crime contra as finanças públicas Ordenar Despesa não autorizada por lei. Também será possível aplicar as normas dos artigos 11 e 12 da Lei de Improbidade Administrativa.

O Chefe do Poder Judiciário é o ordenador de despesas, e como tal poderá ser enquadrado no tipo penal do artigo 359-D, do Código Penal, se determinar a implantação do pagamento do aumento salarial sem o atendimento das exigências dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No entanto, o Chefe do Poder Executivo, ao sancionar a lei, aceitando seus termos, poderá também responder pelo crime do artigo 4º, V, da Lei nº 1079/50; e pela punição civil do artigo 12, III, da Lei nº 8429/92.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 654/05, encontra-se publicado no DA nº 142/05, de 07/12/05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 10/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 654/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a tabela de nível de proventos aplicáveis aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 11.12.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 10/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 654/05, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objeto de veto do Sr. Governador, dispõe sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, haja vista seu afrontamento ao estatuído na Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 378/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que cria no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Combate aos Crimes Cometidos pela Rede Mundial de Computadores, conforme especifica e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 001/06.

Curitiba, 06 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 381/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 378/05, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 378/05, encontra-se publicado no DA nº 060/05, de 14/06/05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 11/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 378/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo criar no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Combate aos Crimes Cometidos pela Rede Mundial de Computadores, conforme especifica e adota outras providências.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 443/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a divulgar os devedores que tenham débitos tributários inscritos em dívida ativa e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 005/06

Curitiba, 06 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 419/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 443/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque conflita com o artigo 198 do Código Tributário Nacional e, ainda, desatende o contido no artigo 30, VI, da Lei Complementar Estadual nº 107, de 11 de janeiro de 2005, que vedam, expressamente, a pretendida divulgação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 443/05, encontra-se publicado no DA nº 144/05, de 12.12.05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 015/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 443/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a divulgar os devedores que tenham débito tributário inscrito em Dívida Ativa e dá outras providências.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse

público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 024/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 564/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que fixa o valor da taxa de coleta de tratamento de esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% sobre o montante do valor da fatura de água. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 026/06

Curitiba, 08 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 455/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 564/05, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar o valor da taxa de Coleta e Tratamento de Esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

As tarifas dos serviços de água e de coleta de esgotos prestados pela Sanepar, observam o “regime de serviços pelo custo” por motivo legal, segundo o artigo 2º da Lei nº 6.528/78, o que implica na composição da tarifa não somente do montante que remunere os custos diretos e indiretos do serviço, mas igualmente os investimentos necessários à ampliação do sistema, pois assim a empresa, que possui compromissos financeiros, possa utilizá-los para atender às necessidades de aumento e de melhorias dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários em todo o Estado.

O atual critério de cobrança da tarifa de esgoto não permite a adoção de um percentual diferente do que é cobrado, porquanto é fixado em conformidade com a legislação que disciplina o setor de saneamento básico, visando o equilíbrio global de todos os sistemas operados e, qualquer alteração desta equação, implicaria necessariamente, na elevação da tarifa de água, o que afetaria toda

a Política Tarifária vigente, bem como causaria impactos negativos aos usuários subsidiados pela atual estrutura tarifária, em especial os beneficiados com a tarifa social.

Ressalte-se, por oportuno, que uma lei não pode impor a redução de receita sem indicar a fonte de custeio compensatória, o que vicia o processo legislativo. Daí a inconstitucionalidade.

É que, fazendo-se conexão entre os artigos 66, IV, 87, VI e 68, I, da Carta Estadual, não resta dúvida de que, tendo o Chefe do Poder Executivo competência privativa para, dentre outras, a fixação de atribuições dos órgãos da administração pública, é dele, também, a atribuição de definir mediante decreto e/ou propor lei que discipline a forma de funcionamento de tais órgãos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 564/05, encontra-se publicado no DA nº 147/05, de 13.12.05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 024/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 96/04, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo fixar o valor da taxa de coleta e tratamento de esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% sobre o montante do valor da fatura de água.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, em sede de análise prévia, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 777/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dispõe sobre os veículos apre-

endidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans, e Postos da Polícia Rodoviária Estadual do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 145/06

Curitiba, 02 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 105/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 777/05, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontrarem nos pátios do Detran, das Ciretrans e Postos da Polícia Rodoviária Estadual, há mais de dezoito meses, serão vendidos em leilão público.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento, em vista do resultado de detida análise do órgão jurídico do Detran, considerando-o inconstitucional pelo fato de ferir o disposto no artigo 22, inciso XI, da Carta Magna da República, que confere o trato de tal matéria à Legislação Federal.

Por apresentar o necessário detalhamento quanto aos aspectos impeditivos da sanção a este projeto de lei, segue, em anexo, cópia autêntica do referido parecer do Detran (nº 04/06), cujos termos adotei com razões fundamentais do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 777/05, encontra-se publicado no DA nº 140/05, de 07.12.05, em Projetos de Lei)

Detran/PR

Parecer nº 04/2006-COOJU

Protocolo nº 8.845.290-9

Interessado: Deputado Estadual Luiz Nishimori

Assunto:

Solicitação de análise e parecer quanto ao Projeto de Lei Estadual nº 777/05 de iniciativa do Deputado Estadual Luiz Nishimori, o qual estabelece que veículos apreendidos e sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans e dos Postos da Polícia Rodoviária Estadual em todo o território do Estado do Paraná há mais de dezoito (18) meses, serão vendidos em leilão público, sendo que o valor líquido arrecadado será revertido 50% para a manutenção e aumento da frota da Polícia Rodoviária Estadual e 50% para os programas de Assistência Social do Governo do Estado.

Senhor Coordenador:

Trata-se de expediente encaminhado a esta Coordenadoria Jurídica para análise, através de correspondência transmitida via fax pelo Gabinete do Secretário da SESP, buscando a manifestação deste Detran/PR acerca do Projeto de Lei Estadual 777/05, de iniciativa do Deputado Estadual Luiz Nishimori, visando determinar prazo para que veículos apreendidos nos pátios do Detran, das Ciretrans e da Polícia Rodoviária Estadual sejam levados à Hasta Pública e o valor apurado seja revertido 50% para a manutenção e aumento da frota da Polícia Rodoviária Estadual e 50% para os programas de Assistência Social do Governo do Estado, conforme se depreende da cópia do projeto anexa, bem como de sua justificativa.

Referido projeto de lei foi redigido nos seguintes termos:

Art. 1º Os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans e Postos da Polícia Rodoviária Estadual em todo território do Estado do Paraná há mais de dezoito (18) meses, serão vendidos em leilão público.

Parágrafo Único. O valor líquido arrecadado no leilão a que se refere o artigo 1º, será revertido 50% para a manutenção e aumento da frota da Polícia Rodoviária Estadual e 50% para os programas de Assistência Social do Governo do Estado.

Art. 2º O Governo do Estado regulamentará a presente lei no prazo máximo de noventa (90) dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Justificativa apresentada assim considera:

Os pátios do Detran, das Ciretrans, e Postos da Polícia Rodoviária Estadual do Estado do Paraná, estão abarrotados de veículos sinistrados ou apreendidos, muitos deles em estado irreparável. Entre os veículos sinistrados, muitos deles não compensam ser reparados ou mesmo procurados novamente pelos seus proprietários.

Dos carros apreendidos, um grande número deles já ultrapassam o prazo de regularização de documentos ou são de valor tão pequeno que não compensa ao seu proprietário pagar as multas ou tributos para retirá-los de volta ao mercado.

Por essas razões os pátios estão cheios e ocupando um espaço enorme, em alguns deles até não há mais lugar para outros veículos.

Estes veículos expostos ao tempo, podem após chuva acumular água em seu interior, contribuindo para a proliferação do mosquito transmissor da Dengue.

Pretende este projeto de lei, dar um destino à esses veículos, regularizando a situação de suas vendas através de um leilão público.

Além disso, poderá representar um aumento de arrecadação que reverterá 50% para o aumento e manutenção da frota da Polícia Rodoviária Estadual, ou,

mesmo, para que os demais 50% venham a ser aplicado (sic) nos programas sociais do Governo do Estado.

Por essas razões, peço o apoio dos demais Parlamentares, pela sua aprovação.

Detida análise dos autos leva-nos a concluir, de forma segura, pela **impossibilidade da sanção do Projeto de Lei Estadual 777/05**, haja vista padecer de **vício de inconstitucionalidade**, considerando que a matéria objeto do aludido Projeto (trânsito) é de **competência privativa da União**, nos termos do artigo 22, inciso XI da Constituição Federal de 1988, inexistindo a autorização por lei complementar aos Estados aludida no parágrafo único do mesmo dispositivo constitucional.

Neste mesmo diapasão, encontramos o posicionamento do ilustre constitucionalista Alexandre de Moraes, in “Direito Constitucional, 13ª edição, editora Atlas, pág. 294:

A Constituição Federal de 1988, alterando a disciplina anterior (CF/69, artigo 8º, XVII, n, c/c seu parágrafo único - competência concorrente União/Estados), previu a competência privativa da União para legislar sobre as regras de trânsito e o transporte (CF, artigo 22, XI). Essa alteração constitucional fez com que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pronunciando-se sobre o preceito inscrito no artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal, declarasse competir privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, proibindo-se, via de consequência, aos Estados membros, a possibilidade de editar normas peculiares a essa mesma matéria, por não se encontrar tal hipótese contemplada no rol exaustivo das competências comuns (CF, artigo 23) e concorrentes (CF, artigo 24) atribuídas.

Assim, por exemplo, será inconstitucional a lei estadual, por invasão de competência legislativa da União (CF, artigo 22, XI), que habilita menores de dezoito anos à condução de veículos automotores.

Atualmente, portanto, a única possibilidade de o Estado-membro legislar sobre as questões relativas a trânsito e transporte, será mediante delegação da própria União, por meio de lei complementar, de um ponto específico da citada matéria.

A inconstitucionalidade de leis estaduais que versem sobre a matéria trânsito já foi reconhecida em diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade interpostas perante o Supremo Tribunal Federal. Como exemplo, tem-se a ADIN 1.479-0 RS - Rel. Ministro Celso de Mello, publicada no DJ de 02 de agosto de 1996, citando inclusive que:

Em função desse entendimento, o Plenário do Supremo Tribunal Federal suspendeu, cautelarmente, a eficácia dos diplomas legislativos estaduais que obrigavam a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo de passageiros (Adin 874-BA, Rel. Min. Néri da Silveira), ou que autorizavam a condução de veículos automotores de passeio por maiores de dezesseis e menores de dezoito anos (RTJ 136/41. Rel.

Min. Celso de Mello; RTJ 137/575, Rel. Min. Octavio Galloti; TRJ, 140/29, Rel. Min. Octavio Galloti).

Providencial, ainda, o contido na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.592-3 - DF, onde houve o reconhecimento unânime da inconstitucionalidade da Lei Estadual do Distrito Federal nº 1.407, de 17 de abril de 1997, por invasão de competência privativa da União.

Este é o posicionamento uníssono que vem sendo adotado pelos ilustres Ministros do STF:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO - A competência para legislar sobre trânsito é exclusiva da União conforme jurisprudência reiterada desta Corte (Adi 1.032, ADIMC 1.704, ADI 532, ADI 2.101 e ADI 2.064), assim como é a competência para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de cinco de segurança (ADIMC 874). Ora, em se tratando de competência privativa da União, e competência essa que não pode ser exercida pelos Estados se não houver Lei Complementar - Que não existe - Que o autorize a legislar sobre questões específicas dessa matéria (artigo 22 da Constituição), não há como pretender-se que a competência suplementar dos Municípios prevista no inciso II do artigo 30, com base na expressão vaga aí constante "no que couber", se possa exercitar para a suplementação dessa legislação da competência privativa da União. - Ademais, legislação municipal, como ocorre, no caso, que obriga o uso de cinto de segurança e proíbe transporte de menores de 10 anos no banco dianteiro dos veículos com o estabelecimento de multa em favor do município, não só diz respeito, obviamente, a assunto de interesse local para pretender-se que se enquadre na competência legislativa municipal prevista no inciso I do artigo 30 da Carta Magna, nem se pode apoiar, como decidido na ADIMEC 874, na competência comum contemplada no inciso XII do artigo 23 da Constituição, não estando ainda prevista na competência concorrente dos Estados (artigo 24 da Carta Magna), para se sustentar que, nesse caso, caberia a competência suplementar dos Municípios. Recurso extraordinário não conhecido, declarando-se a inconstitucionalidade da Lei nº 11.659, de 04 de novembro de 1994, do Município de São Paulo. (STF - RE 227384 - SP - TP - Rel. Min. Moreira Alves - DJU 09.08.2002 - p. 68) JFC.22 JCF.30 JFC.30.I JCF.23 JFC.23.XII JCF.24 (grifo nosso).

Ainda:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR - TRÂNSITO - MULTA PROVENIENTE DE INFRAÇÃO AFERIDA POR APARELHOS ELETRÔNICOS - COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA (CF. ARTIGO 22, XI), E DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, SE AUTORIZADOS POR LEI COMPLEMENTAR FEDERAL (CF. ARTIGO 22, PARÁGRAFO ÚNICO) - 1. A Constituição Federal confere à União competência privativa para legislar sobre trânsito (CF. artigo 22, XI). 2. Lei estadual que institui condições de validade das notificações de multa de trânsito. Necessidade de autorização de lei

complementar federal ainda não editada (CF, artigo 22, parágrafo único). 3. Medida cautelar deferida. Suspensão da vigência, com efeitos ex nunc, da Lei nº 10.553, de 11 de maio de 2000, do Estado de São Paulo. (STF - ADIMC 2328 - TP - Rel. Min. Maurício Corrêa - DJU 15.12.2000 - p. 00061) JCF.22.XI JCF.22.PUN JCF.22 (grifo nosso).

Também:

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 1.992, DE 31.08.1999, DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE PROÍBE A INSTALAÇÃO DE BARREIRAS ELETRÔNICAS PARA O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO EM VIAS PÚBLICAS - 1. A Lei Estadual sul-matogrossense nº 1.992, de 31.08.1999, seria aplicável, exclusivamente, às questões que estão no âmbito da competência constitucionalmente reservada aos Estados-membros (vias públicas estaduais), excluídas, pois, aquelas da competência privativa dos municípios e da União. 2. A lei estadual que proíbe a instalação de barreiras eletrônicas - lombadas eletrônicas e fotossensores (artigo 1º) - e ordena desativação das já instaladas (artigo 2º) ofende ao que dispõe o artigo 22, XI, da Constituição, que outorga competência exclusiva à União para legislar sobre trânsito. Precedente: ADIMC nº 1.592-DF. 3. A previsão legal de imposição de pena de multa à autoridade de trânsito que descumprir comando que emana de lei (artigo 3º) é, em princípio, legítima; entretanto, no caso, a disposição está atrelada, exclusivamente, a dispositivos legais que tiveram sua eficácia suspensa cautelarmente (artigos 1º e 2º). 4. A execução da "anistia" de multas impostas exclusivamente com base nos sensores (artigo 4º), os quais guardam consonância com a Constituição, causará mais transtornos à Administração neste momento do que posteriormente aos administrados, caso a ação venha a ser julgada improcedente nesta parte. 5. Presentes os pressupostos da relevância da arguição de inconstitucionalidade e da conveniência da suspensão das disposições impugnadas, defere-se a medida cautelar para suspender, com efeito ex tunc, a eficácia da Lei nº 1.992, de 31.08.1999, do Estado de Mato Grosso do Sul, até o final julgamento da ação. (STF - ADIMC 2064 - TP - Rel. Min. Maurício Corrêa - DJU 05.11.1999 - p. 2) (grifo nosso).

A questão atinente à Hasta Pública de veículos removidos e apreendidos pela autoridade de trânsito **não é inédita**, havendo seu prévio delineamento no Código Brasileiro de Trânsito.

O artigo 328 do CTB, de forma genérica dispõe sobre a questão:

Art. 328. Os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título e os animais não reclamados por seus proprietários, dentro do prazo de noventa dias, serão levados à hasta pública, deduzindo-se do valor arrecadado, o montante da dívida relativa a multas, tributos e encargos legais, e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma da lei.

Ademais, verifica-se a existência de Lei Federal (6575/78) regulando **especificamente** e em **âmbito nacional** a matéria trazida no presente Projeto de Lei.

De igual maneira, deve-se ressaltar que recentemente foi editada a Resolução 178/05 do Contran (dispositivo normativo de abrangência nacional e com força de lei federal - cópia em anexo), que de forma minudente uniformiza e dispõe sobre o procedimento para realização de hasta pública dos veículos removidos, recolhidos e apreendidos, a qualquer título, por Órgãos e Entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, conforme o disposto no artigo 328 do CTB.

A especificada Resolução já traz em seu bojo peculiar procedimento, com prazo próprio a ser observado, para que os veículos sejam levados à hasta pública, processo de notificação do proprietário, avaliação do bem, e mais importante, traz expressamente, em seu artigo 13, a **destinação do dinheiro arrecadado**, elencando expressamente o critério de distribuição dos valores percebidos.

Vê-se que estão contemplados no referido artigo **débitos tributários**, na forma da lei (aí compreendidos, por exemplo, os relativos ao **imposto IPVA**, de competência da Sef e a **taxa de Licenciamento de Veículo**, de competência do Detran). Referidos valores devem, de acordo com determinação contida em legislação federal, **necessariamente serem abatidos do valor final alcançado com o leilão do bem**, dentro outros.

No que pertine ao IPVA, por se tratar de imposto Estadual, recolhido pela Sef (Secretaria da Fazenda Estadual), vale frisar que este Departamento de Trânsito é **autoridade incompetente** para afastar a exação.

Quanto a taxa de Licenciamento de Veículo cobrada tem-se que considerar, inicialmente, que aludido tributo encontra necessária previsão tanto no CTB quanto na lei de criação do Detran/PR, e eventual hipótese de isenção ou afastamento de pagamento deveria ser conferida mediante lei específica, o que não se vislumbra no caso em tela.

Deve-se esclarecer que a taxa é espécie de tributo cobrado de alguém que se utiliza de serviço público especial e divisível, de caráter administrativo ou jurisdicional, ou, tem à sua disposição, e ainda, quando provoca em seu benefício, ou por ato seu, despesa especial aos cofres públicos.

Assim, a legalidade na cobrança das taxas de serviço vem descrita no artigo 77 do Código Tributário Nacional, nos seguintes termos:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. (grifo nosso).

Neste aspecto, obstando a possibilidade de não cobrança dos débitos de Licenciamento, providencial mencionar o que dispõe o artigo 177 do mesmo diploma:

Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria; (grifo nosso).

Destarte, e por tudo que precede, impende considerar que lei estadual não pode dispor do que não lhe pertence.

Nesta linha de inteligência, não há como simplesmente desconsiderar-se a existência pretérita de débitos de multa, licenciamento, IPVA e outros encargos, como por exemplo, taxas de pátio incidentes sobre o cadastro do veículo.

A **destinação total do valor arrecadado com a venda do bem em hasta pública**, para atender os fins propostos, fere frontalmente a determinação legal vigente, confundindo-se inclusive com o confisco, uma vez que, pela sua *exegese*, desconsidera que a realização do leilão objetiva tão somente a quitação dos débitos incidentes sobre o cadastro do veículo, com a destinação do saldo remanescente à pessoa que figurar como proprietário do veículo.

O projeto de lei em comento não prevê a hipótese acima descrita, inobserva a existência de débitos pretéritos, não resguarda a possibilidade de reversão do saldo ao proprietário, sendo que a justificativa elaborada fala inclusive em aumento de arrecadação, afrontando manifestamente legítimo direito de terceiro. Em verdade, com a desconsideração dos débitos incidentes sobre o cadastro de veículo (tributários e demais encargos), poderá ocorrer, por vias transversas, diminuição de arrecadação legalmente exigível.

Conclui-se, sem esforço, que não há espaço para inovar-se o ordenamento jurídico estadual, em flagrante descompasso e colidência com a legislação federal, esta última editada por órgão competente.

Pelo que foi acima exposto, entende esta Coordenadoria Jurídica que o presente Projeto de Lei 777/05 padece de **inconstitucionalidade**, pelas razões já aduzidas, o que impede seja o mesmo sancionado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 052/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 777/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans, e postos da Polícia Rodoviária Estadual do Estado do Paraná.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse

público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 061/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 209/06, de autoria do Deputado Durval Amaral, que dispõe sobre sorteio de imóveis da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 163/06.

Curitiba, 22 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 153/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 209/06, por julgá-lo, tal como está posto, contrário ao interesse público, em razão de precisas manifestações da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar de que: “nossa experiência revela que a seleção dos interessados através de renda familiar, renda per capita e a posterior classificação das famílias por ordem de necessidade social, definida a partir de critérios de avaliação, como as condições de moradia, valor de aluguel e número de dependentes, realizada por técnicos sociais, através de visitas domiciliares é, sem sombra de dúvida, a forma mais completa, democrática e transparente de seleção dos beneficiários, e a mais justa forma de atender a quem mais necessita. Logo, o mero sorteio, com critério de seleção, não atinge o objetivo daquele projeto de lei. Esta prática se traduziria em tratamento igual para os desiguais.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 209/06, encontra-se publicado no DA nº 036/06, de 25/04/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 061/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 209/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre sorteio de imóveis da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, nossa opinião é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 067/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 384/04, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alteração da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - Funceb. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 212/06.

Curitiba, 10 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 141/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 384/04, por julgá-lo, inconstitucional, eis que, concedendo descontos pela cobrança de taxas por serviços públicos, fere o artigo 163, I da Magna Carta da República e desobedece determinações da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 384/04, encontra-se publicado no DA nº 049/06, de 15/05/06, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 067/06

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 384/04, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo introduzir alterações na Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - Funceb.

Da Fundamentação

O prazo de resposta do Poder Executivo para projetos vetados, enunciados na Constituição Estadual a saber:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

Da Conclusão

Em análise ao presente projeto de lei, a Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/06, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 194/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/06, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2007. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 219/06.

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 204/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 194/06, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição Estadual e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2007. Os vetos parciais apostos incidiram sobre os incisos XXVI e XXVII do artigo 3º, inciso VII do artigo 9º, alínea h do parágrafo 1º do artigo 9º, parágrafo 2º do artigo 9º; artigo 15; artigo 16 e parágrafo; parágrafo 2º do artigo 18; inciso VI do parágrafo 2º do artigo 30; artigo 35; e parágrafo 4º do artigo 40.

Os vetos parciais apostos decorrente de análise técnica procedida pela Coordenação de Orçamento e Programação, órgão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujas motivações seguem adiante transcritas:

Quanto ao inciso XXVI do artigo 3º:

“Inclusão no artigo 3º do inciso XXVI - Programa de Fomento à Economia Popular Solidária, com o seguinte teor: *Tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa, convênios e outras formas admitidas em lei.* O exercício de 2007 representa o ano de encerramento do Plano Plurianual 2004 a 2007, não sendo recomendável a inclusão de um novo programa no último exercício, do qual não se tem definição clara dos objetivos, população alvo, problemas e justificativas e estratégia e implementação e ações do programa, como exige a estrutura do plano plurianual. A sugestão é de que o referido programa seja discutido para ser incluído no próximo Plano Plurianual, a ser elaborado no exercício de 2007 e entregue para apreciação da Assembléia Legislativa até 30 de setembro do referido ano. As ações previstas no texto incluído poderão ser neste ano de encerramento do Plano, desenvolvidas em outro programa, tal como o Programa de Desenvolvimento da Produção.”

Quanto ao inciso XXVII, do artigo 3º:

“Inclusão no artigo 3º do inciso XXVII - Programa de Valorização do Servidor, no artigo 3º com o seguinte teor: *elaborar e implementar Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os servidores públicos do Paraná.* Incluir um programa cuja finalidade é elaborar e implementar plano de cargos, carreiras e salários para os servidores públicos do Paraná, quando nos últimos exercícios já foram implantados benefícios em várias carreiras, não se justifica”.

Quanto ao inciso VII, do artigo 9º:

“O inciso VII refere-se ao percentual que o Estado aplica em ações e serviços de saúde, ou seja, engloba recursos de setores de saúde executados por outras Secretarias de Estado. Quanto aos recursos do SUS temos a informar que a totalidade das Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, recebida pela Secretaria de Estado da Saúde está alocada no orçamento do Fundo Estadual de Saúde - Funsau. A alteração do percentual de 12% para 13%, do Inciso VII, que se refere à aplicação de recursos no pagamento de ações e serviços públicos de Saúde, excede o disposto no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que possibilita aplicação suficiente do percentual de 12%”.

Quanto à alínea h, do parágrafo 1º, do artigo 9º:

“A iniciativa de disciplinar as áreas de atuação das ações e serviços públicos de saúde é extremamente importante, entretanto sugerimos o veto do item “h) *atenção à saúde dos povos indígenas*”, pois de acordo com o Ofício nº 1440/06/GS da Secretaria de Estado da Saúde, esta ação é atribuição específica da Funasa - Fundação Nacional de Saúde, ligada ao Governo Federal.”

Quanto ao parágrafo 2º, do artigo 9º:

“Com relação ao parágrafo 2º, temos a informar que no projeto original o artigo 9º, em seu inciso XIII estabelece a aplicação de recursos ao Fundo Estadual de Cultura, de acordo com legislação em vigor. Na legislação em vigor (Lei Estadual nº 13.133/01) os recursos destinados ao Fundo Estadual de Cultura seriam de até 1.5% do ICMS. Determinar a aplicação de 1.5% do total do ICMS para uma aplicação que está *sub-judice*, seria desperdiçar a alocação de recursos orçamentários.

Outra impropriedade da emenda é que o do total da cota-estadual do ICMS, 15% se referem à parcela dedutível da receita, que é retida para o Fundef, não podendo ser destinado 1.5% desta parcela para a cultura”.

Quanto ao artigo 15:

“Alteração da redação do artigo 15 para: *As autorizações para abertura de créditos adicionais consignados na Lei Orçamentária para o exercício de 2007 serão limitadas por projetos e/ou atividades, assegurando as prerrogativas do legislativo quanto ao acompanhamento e controle da execução orçamentária.*

O texto original do projeto era: O Poder Executivo poderá, mediante decreto do Governador, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2007, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e unidades, sem que sejam alterados os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária, podendo, entretanto haver ajustes na classificação funcional programática. O objetivo deste texto original era garantir a continuidade das programações aprovadas na LOA 2007 nos casos de ocorrerem alterações na estrutura organizacional do Estado, tendo em vista o início de um novo mandato

governamental. A nova redação do artigo alterou completamente a finalidade inicial, não justificando a sua inclusão, tendo em vista que existe um outro artigo com a finalidade proposta pela nova redação, que é o artigo 37.”

Quanto ao artigo 16 e parágrafo:

“Inclusão de texto no artigo 16, que passou a assumir a seguinte redação: O Programa de Obras será apresentado, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, *com classificação das obras por ordem de prioridade* de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

A inclusão proposta não se justifica, tendo em vista que o próprio Poder Legislativo altera de forma significativa o conteúdo do programa de obras encaminhando para análise. O planejamento executado pelos órgãos, com seis meses de antecedência ao início de sua execução não justifica uma rigidez de critérios de seleção no elenco das obras propostas, tendo em vista que parte delas são semelhantes e equivalentes em termos de prioridade e, inclusive por ser um exercício financeiro de início de novo mandato de governo”.

Quanto ao parágrafo 2º, do artigo 18:

“Com relação à inclusão do parágrafo 2º, entendemos que a realização de audiências públicas necessita primeiramente de definição de um calendário e da forma como foi proposto, em todas as regiões administrativas, não especificando o tipo de região adotado, entendemos ser neste momento uma proposta de difícil implementação.”

Quanto ao inciso VI, do parágrafo 2º, do artigo 30:

“Tendo em vista que é de competência dos tribunais requisitantes, como órgãos emitentes dos ofícios requisitórios, disponibilizar as informações constantes dos precatórios e nem sempre os números de CPF e CNPJ são informados, o que inviabiliza que os Órgãos informem esses dados”.

Quanto ao artigo 35:

“Alteração na redação do artigo 35, que passou a ter a seguinte redação:

“Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo *mediante lei específica com indicação da origem dos recursos e destinação detalhada por programa, projeto ou atividade, ação pretendida, natureza da despesa, fonte e valor a ser aplicado.*

A complementação do artigo exige a elaboração de lei específica para a utilização de Superávits Financeiros. As demais informações constam normalmente de qualquer ato de alteração orçamentária procedida pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Cabe lembrar que tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual permitem ao Poder Executivo

pedir ao Poder Legislativo autorização para abrir créditos suplementares que pode constar da própria Lei de Orçamento (artigo 165, parágrafo 8º da Constituição Federal e artigo 133, parágrafo 9º da Constituição Estadual). A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu artigo 7º, Item I, estabelece que a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância, obedecidas as disposições do artigo 43, onde são indicadas as fontes de recursos para atender à abertura de créditos adicionais suplementares. A redação alterada do artigo 35 em relação ao texto original conflita com a do artigo 37 do presente projeto de lei.”

Quanto ao parágrafo 4º do artigo 40:

“Já a inclusão do parágrafo 4º está conflitando com o parágrafo 3º que estabelece uma ressalva para as reposições salariais, que é a LRF. Outra impropriedade do referido parágrafo é a definição do índice de reajuste salarial, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos doze últimos meses, que pode conflitar com as disponibilidades de receitas do Tesouro Geral do Estado e com o estabelecido com o limite para gastos com pessoal na LRF.

Entendemos que a referida matéria já é prevista na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso X, desde que respeitado o limite de disponibilidade financeira do Estado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 194/06, encontra-se publicado no DA nº 077/06, de 28/06/06, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 068/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 194/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2007.

Fundamentação

Vejamos o prazo de resposta do Poder Executivo para projetos vetados, enunciado na Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze

dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

Verificado o presente projeto de lei, que foi à sanção em 05 de julho de 2006, com despacho do Governador em 27 de julho do mesmo ano. Portanto, decorrentes quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 074/06, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 150/06, de autoria do Deputado André Vargas, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 225/06

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 236/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 150/06, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo estabelecer normas para advento de novo “Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná”, assim como adotar nova tabela de vencimentos e dispor sobre outras providências.

O projeto de lei complementar foi vetado em face de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta os mandamentos contidos no artigo 66, incisos I e II, da Carta Estadual, segundo os quais são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre “criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração” e as leis que disponham sobre “servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva”. É ainda, inconstitucional porque desobedecendo a Lei Complementar Federal nº 101/00, como sem qualquer dúvida ocorre com o presente projeto de lei, está agra-

vando o grau de inconstitucionalidade por ferir, também, o artigo 163, I, da Magna Carta da República, sob o amparo e determinação do qual a União editou a referida Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei Complementar nº 150/06, encontra-se publicado no DA nº 021/06, de 29.03.06, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 074/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 150/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo instituir o plano de cargos, carreiras e vencimentos do Quadro dos funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 14.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 082/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 007/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que torna obrigatório no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos sobre Previdência Social e Privada. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 240/06

Curitiba, 29 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 244/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 007/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a obrigatoriedade do ensino de “previdência social e privada”, no Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual, e que, os conteúdos respectivos devem incluir noções constitucionais sobre o tema e importância da poupança para garantir melhor qualidade de vida.

O projeto de lei em referência foi vetado tendo em vista análise feita pela Secretaria de Estado da Educação, cujo resultado demonstrou que a medida, tal como está posta e redigida, não atende aos superiores interesses do ensino. Segue, diante transcrito, trecho da referida análise da Secretaria de Estado da Educação que me foi apresentada através do Ofício nº 1.928/06, daquela Pasta:

Após análise da proposição em questão, comunicamos que esta Pasta é de parecer contrário à sua aprovação, considerando que os argumentos apresentados ferem a autonomia dos estabelecimentos e sistemas de ensino preconizados pela legislação educacional vigente no país.

Esclarecemos que o texto do Projeto de Lei, tanto em seus artigos quanto em sua justificativa, restringem algumas concepções de Sociedade e Estado, sobretudo na vinculação de conceitos. Assim, entendemos que não há necessidade de criar disciplinas curriculares e/ou tornar obrigatório determinados conteúdos, mas, sim, incorporar novas problemáticas e enfoques aos já existentes, transformando-os numa constante reflexão sobre os temas sociais emergentes, dentre os quais podem-se inserir conhecimentos relativos à previdência social e privada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 007/06, encontra-se publicado no DA nº 003/06, de 16.02.06, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 082/06

P A R E C E R :

Histórico

A Proposição 82/06, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 007/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos sobre previdência social e privada.

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que este é contrário ao interesse público, “considerando que os argumentos apresentados ferem a autonomia dos esta-

belecimentos e sistemas de ensino preconizados pela legislação educacional vigente no país”.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual) não havendo óbice em sua tramitação

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 084/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 017/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que objetiva instituir sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições estaduais e de educação superior e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 266/06

Curitiba, 18 de setembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 263/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 017/06, por julgá-lo inconstitucional, face razões apontadas pela Procuradoria-Geral do Estado, em pronunciamento nº 55/06, datado de 06 de setembro de 2006, em anexo por cópia autêntica, cujos termos adoto como fundamentação do veto ora apostado.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) HERMAS BRANDÃO

Governador do Estado, em exercício

(O Projeto de Lei nº 017/06, encontra-se publicado no DA nº 087/06, de 15.08.06, em Redação Final)

ESTADO DO PARANÁ

Procuradoria Geral do Estado

Gabinete do Procurador Geral

INTERESSADO:

Casa Civil

ASSUNTO:

Projeto de lei sobre reserva de vagas nas instituições de ensino superior do Estado do Paraná para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.

INFORMAÇÃO Nº 55/2006-AT/GAB/PGE

Senhor Procurador-Geral:

I - Consulta

O Chefe da Casa Civil encaminha à Procuradoria Geral do Estado - PGE o Projeto de Lei nº 017/06 que dispõe sobre reserva de vagas nas instituições estaduais de ensino superior do Estado do Paraná para estudantes egressos de escolas públicas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, visando à análise jurídica do projeto.

O documento veio encaminhado à Assessoria Técnica de Gabinete da PGE, em regime de urgência, face ao exíguo prazo para manifestação do Chefe do Poder Executivo em termos de sanção ou veto da proposta normativa.

II - Análise do Projeto de Lei 017/06

1. Inconstitucionalidade Formal

1.1 Invasão da competência privativa da União

Da análise do projeto constata-se de imediato a sua inconstitucionalidade formal, em face de invasão da competência privativa da União para legislar sobre a matéria objeto do projeto. A matéria está vinculada às diretrizes e bases da educação nacional e só pode ser tratada pela legislação federal, conforme dispõe o inciso XXIV do artigo 22 da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 22. Compete privativamente à União Federal legislar sobre:

(...)

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

(...)

Em face da autorização constitucional inserta no dispositivo legal supra indicado, a União legislou sobre diretrizes e bases da educação nacional com edição da Lei nº 9.394/96 que fixou as normas gerais a serem observadas pelos demais entes da federação, bem como a Lei nº 10.558/02 que dispõe sobre “acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afro-descendentes e dos indígenas brasileiros.”

Em nenhuma das leis nacionais há previsão de “reserva de vagas” para estudantes egressos de escola pública que queiram cursar uma faculdade pública, portanto, não cabe aos demais entes da federação preverem tal possibilidade.

Ainda, constata-se que não existe lei complementar autorizando os Estados a legislar sobre a questão, na forma do parágrafo único do artigo 22 da CF.

Por oportuno, informa-se que já houve pronunciamento do Ministério Público Federal, Parecer nº 18836, na Adin nº 2858-8/600-RJ, no sentido da inconstitucionalidade de lei que tratava de questão semelhante à proposição em tela, leia-se parte do parecer:

Passando ao exame da constitucionalidade das leis em questão, manifesta-se, de pronto, o vício de inconstitucionalidade formal a acoimar aquelas leis estaduais, tendo em vista a regra de competência priva-

tiva da União Federal para legislar acerca de diretrizes e bases da educação nacional, prevista no artigo 22, XXIV, da Constituição de República.

De notar que não existe lei complementar autorizando aos Estados a legislar acerca de diretrizes e bases da educação nacional, hipótese em que seria permitido àqueles entes legislar sobre o tema, nos termos do parágrafo único do artigo 22, da Constituição da República.

Não há falar que a estipulação de normas de acesso à Universidade não esteja compreendida em matéria de diretrizes e bases da educação nacional, reservada à competência da União Federal, e sim no âmbito da competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, prevista no artigo 2, IX, da Constituição da República.

Veja-se que a Lei Federal nº 9.394/96, que veio a estabelecer diretrizes e bases da educação nacional, define, em seu artigo 1º, que ‘a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, porém, ressalva, no parágrafo 1º, do mesmo artigo 1º, que a mesma disciplina a educação escolar, que se desenvolve predominantemente por meio do ensino em instituições próprias.’

Assim, a referida lei federal é clara em explicitar que, embora a educação possa ser compreendida em um campo amplo, que engloba família e trabalho, unicamente a educação escolar é por ela regulamentada, estipulando diretrizes e bases que, conquanto devam ser conformadas de acordo com características regionais, são de observância obrigatória no território nacional.

(...)

Ressalta-se, ademais, que, conquanto caiba à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, à União cabe prioritariamente atuar no tocante ao ensino superior, conforme exegese que se extrai do artigo 211, e parágrafos, da Constituição da República, in verbis:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada ao parágrafo pela Emenda Constitucional nº 14/96).

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental médio. (Redação dada ao parágrafo pela Emenda Constitucional nº 14/96)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada ao parágrafo pela Emenda Constitucional nº 14/96)

Válido salientar que na ADI(MC) nº 1397, onde se alegava a inconstitucionalidade formal, por invasão de competência do Estado-membro, do artigo 1º da Lei Federal nº 9.131/95, que determinou à Câmara de Ensino Superior deliberar sobre a autorização, credenciamento e credenciamento periódico de Instituições de Educação Superior, esse colendo Supremo Tribunal Federal entendeu tratar-se de assunto relacionado à competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Destaca-se parte do voto proferido por V. Exa., relator no precedente citado:

‘Na verdade compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto (CF, artigo 24, IX), competindo à União, em termos de educação, legislar estabelecendo diretrizes e bases da educação nacional (CF, artigo 22, XXIV). Isto não impede, entretanto, que a fiscalização do ensino superior seja exercida, de forma precípua, pelo Conselho Nacional de Educação, mesmo porque os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio’ (CF, artigo 211, parágrafo 3º) (o grifo não consta no original).

Constatada, desse modo, a inconstitucionalidade formal das normas em apreço, por aparente ofensa à competência privativa da União Federal para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, contida no artigo 22, inciso XXIV, da Constituição da República.

Nesse diapasão, o projeto de lei em apreço invade competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e base da educação, configurando, pois, sua inconstitucionalidade formal.

2. Inconstitucionalidade Material

2.1. Ofensa ao princípio da igualdade

Considerando o princípio fundamental da igualdade contido no *caput* do artigo 5º da CF “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”, no caso em comento, o projeto de lei desrespeita tal princípio porque cria distinção arbitrária em favor de alunos oriundos do ensino médio fundamental ministrado por escolas públicas.

Outrossim, eventual exceção à norma contida no *caput* do artigo 5º da CF deveria estar no corpo da própria constituição ou ser incluída por intermédio de emenda constitucional.

Para o tema, colaciona-se a observação feita por Jorge Miranda ao comentar as regras da Constituição portuguesa sobre o acesso ao ensino universitário, nos seguintes termos:

Por certo, a primeira destas regras é a da igualdade, por decorrência do princípio geral, consagrado no artigo 13º: ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado do direito ao acesso ao ensino superior ou isento de qualquer dever correlativo em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicção política ou ideológica, situação econômica, condição social ou de qualquer fator ou índice de diferenciação. (MIRANDA, Jorge, in “Manual de Direito Constitucional”, Coimbra Editora, 38 edição, 2000, Tomo IV. pág. 445)

A proposta, a princípio, visa dar a mesma oportunidade aos alunos oriundos de escolas públicas, entretanto, peca ao eleger o elemento de discriminação, eis que pune os alunos providos de escolas particulares.

Ademais existindo a possibilidade de outras medidas adequadas que tornem a “reserva de vaga” dispensável, não há que invocar o princípio da igualdade material, conforme aduz Luís Roberto Barroso: “Se para o mesmo fim lícito de equiparação material, houver outras medidas adequadas que tornem dispensáveis as quotas, assim, também, serão elas incompatíveis com o princípio da igualdade, por não serem necessárias” (Interpretação e Aplicação da Constituição, Rio de Janeiro: Saraiva, 1999).

2.2. Ofensa ao princípio da proporcionalidade

Também, a reserva mínima de 50% (cinquenta por cento) das vagas das universidades estaduais aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio, fere o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista que o critério adotado (metade das vagas da universidade) se iguala à regra geral, implicando perda da característica de regra de exceção.

III - Conclusão

Diante do exposto, a pretensão contida no projeto de lei em análise não deve ser inserida no Ordenamento Jurídico Estadual, à medida que:

I. Invade competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e base da educação nacional, prevista no artigo 22, XXIV, da CF;

II. Fere o princípio da igualdade contido no *caput* do artigo 5º da CF;

III. Carece de razoabilidade e proporcionalidade, princípio inserido implicitamente na estrutura da Constituição Federal.

É a informação.

Curitiba, 06 de setembro de 2006.

(aa) SÉRGIO BOTTO DE LACERDA

Procurador-Geral do Estado

LILIAN DIDONÉ

Procuradora do Estado-Assessora Técnica de Gabinete

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 084/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 017/06 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, institui Sistema Especial de

Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições públicas estaduais de educação superior e dá outras providências, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 20

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 087/06, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/06, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Norte - UENP. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 301/06.

Curitiba, 28 de setembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 304/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 450/06, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo integrar as faculdades estaduais que especifica em uma só autarquia denominada Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, tendo o veto parcial apostado incidido sobre os artigos 9º, 10, 11 e 12.

A negativa de acolhimento aos dispositivos acima mencionados decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde a titular daquela Pasta assevera que:

Quanto aos artigos do projeto de lei em análise do 9º ao 12 temos a informar que:

a) a Instituição que daria origem à universidade proposta submeteu pedido de transformação de Faculdade para Universidade junto ao Conselho Estadual de Educação tendo seu pedido negado, conforme Parecer nº 66/06-CEE exatadamente por não reunir as condições necessárias preconizadas na legislação vigente;

b) a estadualização da referida instituição traria um grande impacto ao Tesouro do Estado já que todas as despesas de manutenção (pessoal e material) e de investimento, atualmente de responsabilidade da mantenedora que é uma Fundação Municipal, passaria para o Governo do Estado.

Desse modo além de arcar com um volume ainda maior de despesa com o ensino superior (atualmente o

Paraná é o Estado que mais investe neste nível de ensino, proporcionalmente à sua arrecadação) ainda haveria o problema da instituição proposta não poder lograr seu reconhecimento pelo Sistema Estadual de Educação Superior como universidade.

Informamos ainda que a Faculdade Municipal de União da Vitória, referida nos artigos de 9 a 12 do projeto de lei em análise, em virtude do parecer negativo do Conselho Estadual de Educação em transformá-la em universidade, solicitou e obteve o credenciamento como Centro Universitário de acordo com o Parecer nº 327/06-CEE, Resolução nº 074/06-SETI e Decreto Governamental nº 7226/06.

Vale ressaltar que os dispositivos vetados estão eivados de inconstitucionalidade, porque, decorrendo de emendas que implicam em aumento da despesa pública, apresentados a projeto de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado, ferem o artigo 66, incisos I e IV, da Carta Estadual

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei que, em anexo, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

(a) HERMAS BRANDÃO

Governador do Estado em exercício

(O Projeto de Lei nº 450/06, encontra-se publicado no DA nº 104/06, de 12/09/06, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 087/06

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 450/06, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo instituir a Universidade Estadual do Norte - UENP.

Da Fundamentação

O prazo de resposta do Poder Executivo para projetos vetados, enunciados na Constituição Estadual a saber:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

Da Conclusão

Em análise ao presente Projeto de Lei nº 450/06, que foi à sanção em 20 de setembro de 2006, com despacho do Governador em 02 de outubro do mesmo ano, portanto, decorrentes oito dias, a Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo regimental.

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal para votação em bloco dos Itens 01 ao 20 exceto o nº 11).

Vinte e seis SIM e oito NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos automaticamente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

CPI dos Grampos Telefônicos

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DOS GRAMPOS TELEFÔNICOS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às 17h30, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado, sob a presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, mais a presença do Vice-Presidente Deputado Natálio Stica, do Relator Deputado Jocelito Canto e Deputado Duílio Genari. Dado início aos trabalhos o Presidente agradeceu a presença de todos, em seguida passou-se a palavra ao Procurador de Justiça, Dr. Dartanhan Cadilhe Abilhoa, que respondeu as perguntas dos Deputados membros desta Comissão. O conteúdo da reunião estão transcrito através das notas taquigráficas, em anexo, parte integrante da presente Ata. A seguir decidiu-se por uma nova reunião a ser realizada dia 11 de dezembro do corrente ano, no plenarinho desta Casa, às 17h. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, da qual lavei a presente Ata, que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

Everlei Terezinha Cleto - Secretária